

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 233
Período: 11/10/06 a 17/11/06
Franca – Brasil

- 1- Comandante do Exército acompanha *Operação Pampa*
- 2- Itamaraty nega intenção de deixar acordo nuclear
- 3- Coronel reformado acusado de tortura tem apoio de oficiais das Forças Armadas
- 4- Brasil recusou acordo com a Argentina durante Guerra das Malvinas
- 5- Bancos europeus financiarão novo submarino da Marinha brasileira
- 6- Governo quer retomar a construção de Angra 3
- 7- Troca de comando das três Forças Armadas se torna objetivo do segundo mandato do presidente reeleito
- 8- Confinamento de controladores de vôo é suspenso pela Aeronáutica

1- Comandante do Exército acompanha Operação Pampa

Gilberto Amaral, do *Jornal do Brasil*, informou que o general-de-Exército Francisco Roberto de Albuquerque, comandante da Força terrestre, visitou o Posto de Comando da Operação Pampa 2006, no Comando Militar do Sul, na capital gaúcha Porto Alegre, onde pôde acompanhar o desenrolar de uma grande força militar combinada do Ministério da Defesa, com as participações do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Como parte das ações desenvolvidas na operação, que vem ocorrendo simultaneamente nos estados do Paraná (PR), Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC) até dia 14 de novembro, houve o lançamento de cerca de duzentos militares da Brigada de Infantaria Pára-quedista, na cidade de Santa Maria (RS), com o apoio de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB). (*Jornal do Brasil – Editorial – 11/11/06*).

2- Itamaraty nega intenção de deixar acordo nuclear

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) divulgou nota negando que o seu secretário-geral, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, tenha defendido a saída do Brasil do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em palestra realizada no VI Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, que ocorreu na Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro. Porém, o MRE não desmentiu a admissão por parte do diplomata da saída do tratado como uma possibilidade, quando questionado por um dos participantes do evento sobre a disposição brasileira de deixar o TNP, uma vez que países como China e Índia estariam fazendo maciços investimentos em armas nucleares. Para o consultor do Pentágono Edward Luttwak, professor do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, de Washington, que participou do congresso, declarações como as de Pinheiro Guimarães servem para pressionar países como Estados Unidos, Rússia, China, Grã-Bretanha e França, isto é, a posição manifestada pelo embaixador é uma “chamada à responsabilidade”, no sentido de pressionar o cumprimento pelas potências das normas de não-proliferação que haviam estabelecido, para que nações, a exemplo

de Coréia do Norte e Irã, não adquirissem armamento atômico e, assim, se fosse respeitada a promessa implícita no TNP. O esclarecimento ministerial, através da nota, ainda lembrou, ao final, que a Constituição brasileira determina que toda atividade e pesquisa nuclear no país só podem ser feitas para fins pacíficos e que o Brasil respeita escrupulosamente os tratados de desarmamento e não-proliferação dos quais participa. (Folha de S. Paulo – Brasil – 11/11/06; O Estado de S. Paulo – Nacional – 11/11/06).

3- Coronel reformado acusado de tortura tem apoio de oficiais das Forças Armadas

Conforme mostrou o *Informe Brasil 232*, o coronel reformado do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, codinome “Tibiriçá”, que chefiou o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do 2º Exército de 1970 a 1974, enfrenta processo aberto por cinco membros da família Teles, que o acusam de tortura. O processo contra o coronel da reserva do Exército mobilizou oficiais das Forças Armadas, os quais alegam em defesa de Ustra a Lei da Anistia, de 1979, que beneficiou opositores condenados judicialmente e funcionários do regime militar. Ouvido pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, Ustra declara que nunca foi um torturador e procurou tratar os presos com dignidade e humanidade, e que o objetivo do processo movido contra ele é acabar com a Lei da Anistia e o recebimento de indenizações por parte da família que o acusa. (Folha de S. Paulo – Brasil – 12/11/06; O Estado de S. Paulo – Nacional – 12/11/06).

4- Brasil recusou acordo com a Argentina durante Guerra das Malvinas

De acordo com *O Estado de S. Paulo*, documentos da ditadura militar disponíveis no Arquivo Nacional em Brasília, antes classificados como secreto, revelam que apesar de apoiar a Argentina contra a Inglaterra durante a Guerra das Malvinas em 1982, o Brasil não aceitava participar do fornecimento de armas ao seu vizinho, temendo o rompimento de suas relações diplomáticas com a Inglaterra. O documento informa que o Brasil não possuía destaque na fabricação de armas para ser um fornecedor para a Argentina, ocupando o 16º lugar em gastos militares da América Latina. (O Estado de S. Paulo – Nacional - 13/11/06).

5- Bancos europeus financiarão novo submarino da Marinha brasileira

O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que um consórcio de bancos europeus, liderado pelo ABN-Amro, providenciará o financiamento de cerca de US\$ 1,08 bilhão que o Comando da Marinha brasileira precisa para a compra de um novo submarino da classe IKL-214. O acordo, que foi em grande parte assessorado pelo escritório do ex-chanceler alemão Gerard Schroeder, prevê que, do valor total, US\$ 882,4 milhões se originem das organizações européias, cabendo ao governo brasileiro responder pela somatória complementar de US\$ 135,9 milhões. O submarino da classe IKL-214, de 1722 toneladas e 65 metros de comprimento, cujo projeto é da HDW alemã – subsidiária da ThyssenKrupp Marine Systems –, terá como arma principal o torpedo DM2 4A, desenvolvido pela Atlas Eletronik, capaz de atingir alvos a 50 quilômetros de distância e cuja carga de ataque constitui um bloco de 260 quilos de um novo explosivo que produz o efeito de um impacto direto de 700 quilos de TNT. Os cinco navios que

compõem a atual força de submarinos da Marinha brasileira são da mesma família: quatro da classe Tupi, do tipo 209, e um único da linha Tikuna, modificado por engenheiros nacionais, sendo que a maioria deles saíra do estaleiro da Ilha das Cobras, estado do Rio de Janeiro. O Comando da Marinha cuida da encomenda, junto a pequenos estaleiros do Nordeste, de dois a seis navios de ataque leve e patrulha armada da classe Vigilante, de tecnologia francesa, que fazem parte de um projeto orçado em US\$ 20 milhões. As duas primeiras embarcações da encomenda, que poderão deslocar 700 toneladas, transportar 27 tripulantes, levar dois canhões eletrônicos de 30 mm e 76 mm, além de poder receber recursos para disparar foguetes e torpedos de 533 mm, estão a cargo do Inace, no estado do Ceará. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/11/06).

6- Governo quer retomar a construção de Angra 3

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o governo estaria discutindo incluir nas obras de infra-estrutura prioritárias do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a retomada da construção da usina nuclear de Angra 3, além de outras pequenas centrais nucleares espalhadas principalmente pela região Nordeste. Tal discussão foi retomada por o governo considerar que, com o aumento do preço do petróleo para cerca de US\$ 60 o barril no mercado internacional, a energia nuclear, muito mais cara que a hidrelétrica, poderia se tornar viável no país; além disso, haveria uma avaliação de que os problemas ambientais pudessem ser relativamente menores, já que não necessitaria de derrubada de florestas ou desapropriações de terras indígenas, como no caso das usinas hidrelétricas. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 16/11/06).

7- Troca de comando das três Forças Armadas se torna objetivo do segundo mandato do presidente reeleito

O jornal *Folha de S. Paulo* relatou que o presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva muito provavelmente trocará o comando das três Forças Armadas no seu próximo mandato, a partir de 2007. O comandante da Aeronáutica, brigadeiro Luiz Carlos Bueno, do Exército, general Francisco Roberto de Albuquerque, e da Marinha, almirante Roberto Guimarães Carvalho, serão substituídos pelos nomes mais óbvios que seguem os critérios de antiguidade e confiança na corporação. Os candidatos que figuram nesta lista são: os brigadeiros Junite Saito, chefe do Estado-Maior da Aeronáutica – cotado também para assumir o Superior Tribunal Militar –, William de Barros, comandante-geral de Operações Aéreas, e José Américo, chefe do Estado-Maior da Defesa, para a Aeronáutica; Renato César Tibau da Costa, para o Exército; e Euclides Duncan Janot de Matos, para a Marinha. A mudança postergada, que, segundo consta, não será motivada por desavenças, mas como parte de uma “renovação natural” na liderança militar, apesar dos problemas que surgiram na área, como a queda do primeiro ministro da Defesa, a nota da Força terrestre enaltecendo o período autoritário de 1964-85 e o “apagão aéreo”, evidenciou uma atitude prudente do presidente Lula, visto que não trocou abruptamente generais, almirantes e brigadeiros. Porém, o seu próximo desafio residiria na hipótese de permanência, na pasta da Defesa, do ministro Waldir Pires, cujo perfil é de apaziguador, mas que se vê em volta

de uma turbulência política gerada pelo maior acidente da história da aviação civil brasileira e pela operação nos controles de vôo. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 16/11/06).

8- Confinamento de controladores de vôo é suspenso pela Aeronáutica

Os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, do dia 16/11, divulgaram que o Comando da Aeronáutica decidiu encerrar o aquartelamento dos controladores de vôo em Brasília, na sede do centro de controle aéreo (Cindacta-1), por considerar normal o movimento nos principais aeroportos e, também, para aliviar o clima tenso que havia entre os militares. No entanto, o Comando manteve o estado de alerta entre o efetivo normal dos controladores na capital federal que, segundo o Departamento de Controle de Espaço Aéreo (Decea), estaria com uma deficiência de 200 profissionais, e estaria adotando um novo esquema de trabalho, em que se definem novas escalas de operação. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 16/11/06; *Jornal do Brasil* – Brasil – 16/11/06; *O Estado de S. Paulo* – Metrópole – 16/11/06; *O Globo* – O País – 16/11/06).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Alexandre K. Yasui Matsuyama (Redator, graduando em Relações Internacionais); Ana Paula Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ana Paula da Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Carla Rubacow (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana Bigatão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, Bolsista FAPESP); Leonardo Soares de Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq) e Maira Bichir (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).